



**ACÓRDÃO Nº 206/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11354/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Social do Município de Maués – SISPREV.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Reginaldo de Matos Pantoja.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 473/2017-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 401/405).
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social do Município de Maués - SISPREV. Exercício de 2015.

*Irregularidade. Multa. Determinação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do Sr. Reginaldo de Matos Pantoja, responsável pelo Fundo de Previdência Social do Município de Maués-SISPREV, no curso do exercício de 2015, nos termos do inciso II do art. 1º e das alíneas “b” do inciso III do art. 22, todos da Lei Estadual nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme as irregularidades elencadas na Notificação nº 03/2016;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Reginaldo de Matos Pantoja no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades nº 06, 13, 15, 18, 19, 24 e 27 da Notificação nº 03/2016); devendo ser recolhidos na esfera Estadual - Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;



**ACÓRDÃO Nº206/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**9.3. Determinar** ao Sr. Reginaldo de Matos Pantoja, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que:

- 9.3.1.** providencie a cobrança administrativa junto à Prefeitura do Município de Maués do valor devido de **R\$ 6.102.041,80**, que deve ser atualizado monetariamente, referente às contribuições previdenciárias (cota patronal e dos servidores) do exercício 2015, conforme art. 1º, II, da Lei nº 9.717/98, art. 5º, I, “a”, “b” e “c”, da Portaria MPS nº 204/08 e art. 24, § 1º, II, da ON SPPS/MPS nº 02/09, **sob pena de solidariedade**;
- 9.3.2.** regularize, em conjunto com a Prefeitura e Câmara de Vereadores, a situação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) do município perante o Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP da Secretaria de Políticas de Previdência Social, considerando o art. 7º da Lei nº 9.717/98;
- 9.3.3.** proponha ao Poder Executivo local a criação do Conselho Fiscal na estrutura do RPPS, respeitando os limites da taxa de administração, conforme art. 61, § 1º, II, “e”, da CF/88 e art. 1º, VI, da Lei nº 9.717/98;
- 9.3.4.** garanta o pleno acesso aos servidores, ativos e inativos, pensionistas e dependentes às informações relativas à gestão do RPPS, conforme art. 1º, VI, da Lei nº 9.717/98, em homenagem ao princípio constitucional da publicidade;
- 9.3.5.** encaminhe no prazo previsto o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial, Demonstrativo de Informações Previdenciárias, Repasses e os Demonstrativos Contábeis ao Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP da Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS;
- 9.3.6.** mantenha o registro individualizado das contribuições dos servidores e dos inativos do RPPS, nos moldes do art. 18 da Port. MPS nº 402/08 e arts. 12 a 15 da Portaria MPS nº 403/08;
- 9.3.7.** encaminhe o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR à Secretaria de Políticas de



**ACÓRDÃO Nº206/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Previdência Social – SPPS;

- 9.3.8.** proponha ao Poder Executivo Local a instituição do Comitê de Investimentos na estrutura do RPPS do município, respeitando os limites da taxa de administração;
- 9.3.9.** defina antes do exercício a que se referir a Política Anual de Investimentos dos recursos do RPPS, conforme art. 4º da Res. CMN nº 3.922/10;
- 9.3.10.** mantenha o relatório da política anual de investimentos do RPPS, e demais documentos correlatos, à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e controle pelo prazo de 10 anos, conforme art. 1º, § 3º, da Portaria MPS nº 519/11;
- 9.3.11.** adote as providências necessárias para reduzir o *déficit* atuarial do RPPS, seja implementando plano de amortização, seja realizando a segregação de massas, conforme arts. 18 a 20 da Port. MPS nº 403/08;
- 9.3.12.** as disponibilidades financeiras da taxa de administração sejam depositadas em contas distintas dos recursos das contribuições previdenciárias, conforme art. 20 da Res. CMN nº 3.922/10 c/c art. 6º, IV, da Lei nº 9.717/98;
- 9.3.13.** implemente efetivamente os instrumentos de amplo acesso público, conforme leitura dos art. 73-B da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as consequências do art. 73-C, quais sejam as descritas no inciso I do §3º do art. 23 da mesma lei complementar.

**10- Ata:** 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 21 de Março de 2017.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**12.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente, em substituição

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº206/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**ALIPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral